

REFLEXÕES SOBRE A ÉTICA E A SUA PRESENÇA NOS CURSOS DE ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS

Resumo

Em decorrência do atual momento político brasileiro, nunca se ouviu falar e discutir tanto sobre ética e a sua aplicação. Neste sentido, o principal objetivo deste artigo é propor uma discussão sobre ética, acompanhando algumas das suas possíveis definições que circulam no meio acadêmico, estabelecendo um paralelo com a definição do conceito de moral, bem como localizá-la na grade dos cursos de graduação como elemento formador dos profissionais que atuarão no mercado.

Palavras-chave: Ética. Moral. Ensino.

Reflections on Ethics and Its Presence in Graduation Courses

Abstract

In consequence of the Brazilian political moment nowadays we had never heard so many discussions on ethics and its application before. The main proposal of this paper is raise a discussion on ethics followed by some of its possible definitions which we are used to in the academic scenario, trying to establish a parallel with the moral concept as well as place it as a content for graduation courses as a formative element of the professionals that will be in business.

Key words: Ethics. Moral. Teaching.

Introdução

Observamos, no cotidiano, que a ética tem sido, cada dia com mais frequência, um tema cada vez mais presente. Ela tem se constituído em um eixo que baliza e analisa as relações sociais de homens e mulheres na sociedade civil e política. Por isso, a reflexão sobre a ética tem sido o ponto de partida para importantes decisões, sejam elas na vida pessoal ou na pública. No campo profissional, seu conhecimento e sua prática têm se tornado uma referência paradigmática nas condutas e nos comportamentos das pessoas.

Neste sentido, movida pela crença de que os paradigmas mudam e de que a sala de aula deve ser o palco permanente no qual as mudanças podem ser germinadas e cultivadas, tomo as palavras de Paulo Freire para justificar minha decisão de participar do processo do ensino da ética nos cursos de Administração de Empresas:

A curiosidade como inquietação indagadora, como inclinação ao desvelamento de algo, como pergunta verbalizada ou não, como procura de esclarecimento, como sinal de atenção que sugere alerta faz parte integrante do fenômeno vital. Não haveria criatividade sem a curiosidade que nos move e que nos põe pacientemente impacientes diante do mundo que não fizemos, acrescentando a ele algo que fazemos. (FREIRE, 2003a: 32)

Objetivo

O presente trabalho pretende analisar a questão da ética na formação dos alunos do curso de Administração, além de propor uma discussão sobre ética, com base nas diversas definições que circulam no meio acadêmico e, ao mesmo tempo, confrontar a definição do conceito de moral.

Objetivo específico

Analisar ementas da disciplina Ética Profissional dos cursos de Administração.

Metodologia

O referencial teórico desta pesquisa construiu-se ancorado na pesquisa bibliográfica e na análise do conteúdo, selecionando algumas categorias-chave, como ética e moral, tendo como parâmetro de observação as ementas da disciplina Ética Profissional dos cursos de Administração e sistematizando leituras sobre a questão da ética e da moral.

Na primeira parte contextualizou-se historicamente o ensino da ética nos cursos de Administração de Empresas, posteriormente abordou conceitos operatórios amplos, como a definição do conceito de *ética*, numa abordagem que caminhe, de forma elementar, da Filosofia (ARISTÓTELES, 1982 e 1991) à Sociologia (DURKHEIM, 1978), enfatizando, por motivos práticos, alguns estudos clássicos que se voltaram, na especificação do conceito de ética, para a Educação (FREIRE, 2000b, 2001 e 2003a; RIOS, 1999 e 2002; WEBER, 1999; BOFF, 1997; VASQUEZ, 1995; SAVATER, 1993) e os conceitos de ética e moral aplicados ao ensino da ética na Administração de Empresas (LEISINGER & SCHMITT, 2001; NASH, 2001; SROUR, 1998 e 2000; TEIXEIRA, 1991; ARRUDA, 2001 *et al.*). e finalmente, um dos aspectos do objeto de estudo: as ementas curriculares.

Relevância

A importância desta investigação se deve ao fato de a ética ser disciplina básica da formação do aluno do curso de Administração de Empresas, formalizada mediante as diretrizes curriculares.

1.Contextualização histórica do ensino da ética nos cursos de Administração de Empresas.

O Curso de Administração de Empresas surgiu da necessidade de formar profissionais capazes de acelerar o processo de desenvolvimento que se instalou no país em decorrência da transformação da sociedade, que passou a migrar do campo para a indústria, como consequência, de um processo de modernização que culminou na busca de mão-de-obra qualificada formada de profissionais aptos a exercer diferentes funções empresariais. Percebeu-se, diante dessas mudanças, que seria necessário que o sistema escolar formasse um profissional de administração que atendesse a esse mercado industrializado.

A formação do profissional de Administração de Empresas tornou-se possível com a regulamentação da profissão, por meio da Lei nº 4.769, de 9 de setembro de 1965, que garantia aos portadores de títulos expedidos pelo sistema universitário, acesso ao mercado de trabalho. Com a regulamentação da profissão e a expansão dos cursos superiores, várias instituições abriram o curso de Administração no Brasil, mediante orientação do Sesu/MEC, que institucionalizou um currículo mínimo para os cursos de graduação em Administração em 1966. Em 1993, estabeleceu-se um padrão unitário entre as diferentes instituições.

Esse procedimento foi reformulado em 24 de novembro de 1995, com a Lei 9.131, art. 9º, Parágrafo 2º, alínea c, que conferiu à Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação a competência para a elaboração do projeto de Diretrizes Curriculares Nacionais – (DCN), com propostas enviadas pela Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação ao CNE, pelo inciso VII do art. 9º da nova LDB 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996, publicada em 23 de dezembro do mesmo ano, em que concedeu-se mais liberdade às instituições e ao programa curricular do curso de Administração, que tem sido reformulado por publicações que

buscam acompanhar os avanços e as vantagens do DCN sobre o currículo mínimo (Resolução CFE nº 2, de 04/10/97).

Quadro 1 – Panorama histórico do curso de Administração de Empresas.

Ano	Universidade	Resumo
1941	Escola Superior de Administração de Negócios – Esan	Criação do primeiro curso de Administração, inspirado no modelo do curso da Graduate School of Business Administrations, da Universidade de Harvard.
1946	Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo – FEA/USP	Ministrava cursos de Ciências Econômicas e de Ciências Contábeis, em que eram apresentadas algumas matérias ligadas à Administração.
1952	Fundação Getúlio Vargas – Ebape/FGV, no Rio de Janeiro	Criação da Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas da Fundação Getúlio Vargas.
1954	Escola Brasileira de Administração de Empresas de São Paulo – Eaesp	Escola vinculada à FGV, onde surgiu o primeiro currículo especializado em Administração, com o objetivo de formar especialistas em técnicas modernas de Administração.
A partir da década de 1960	FGV	Passa a ministrar cursos de pós-graduação nas áreas de Economia, Administração Pública e de Empresas.
1963	FEA/USP	Passa a oferecer cursos de Administração de Empresas e de Administração Pública.

Fonte: www.crasp.org.br

2 Cenário histórico da disciplina ética

Em 1992, o Ministério da Educação e Cultura (MEC) sugeriu formalmente que todos os cursos de administração, em nível de graduação e pós-graduação, incluíssem em seu currículo a disciplina de Ética. Nessa ocasião, o Conselho Regional de Administração (CRA) e a Fundação Fides reuniram em São Paulo mais de cem representantes de faculdades de administração que, com boa disposição, comprometeram-se a seguir a instrução do MEC”. (ARRUDA, 2001 et al. , p. 59)

A Fundação Fides (Fundação Instituto de Desenvolvimento Empresarial e Social), desde a sua criação, em 1986, tem realizado diversos debates com empresários e intelectuais, que contribuem para o avanço da sociedade em torno dessa questão. Nessas reuniões, busca-se gerar reflexões sobre o comportamento ético e a humanização da sociedade. Foi o primeiro órgão a debater em um simpósio internacional a respeito dos Aspectos éticos e dívida externa, além de participar do primeiro simpósio realizado em São Paulo, em 1992, sobre “A ética no mundo da empresa”. Ambos deram origem a publicações, entre elas o livro da professora doutora Laura Nash, da Universidade de Harvard, intitulado “Ética empresarial: boas intenções à parte”, traduzido, na época, para o português. O Fides constantemente tem se envolvido em processos que atraiam intelectuais e empresários para essa nova vertente ética, com publicações, conferências e seminários, além de, no ano de 2001, ter dado continuidade a novas reflexões com o tema “Ética, o desafio para as organizações do século XXI”.

À medida que esses debates aconteciam, outras instituições se motivavam e agregavam pessoas interessadas em desenvolver reflexões sobre a proposta do MEC: inserir no currículo a disciplina Ética. Para isso, foram mobilizados diversos órgãos, entre eles a Secretaria Municipal da Cultura, que em abril de 1991, realizava um curso que tinha como título “Ética”.

Em 1992, a Fundação Getúlio Vargas criou em São Paulo o primeiro Centro de Estudos de Ética nos Negócios — Cene, vinculado ao curso de Administração de Empresas, e que em 1997 passou a chamar-se Centro de Estudos de Ética nas Organizações, tendo desenvolvido pesquisas, promovido seminários, feito publicações, como resultado de eventos realizados, tais como o I

Congresso Latino-Americano de Ética, Negócios e Economia, em 1998 e o II Congresso Mundial da Isbee— Internacional Society of Business, Economics, and Ethics, com o tema “Os desafios éticos da globalização”, realizado em 2000 pelo Cene-FGV-Eaes.

Com o propósito de enfatizar os conteúdos de formação básica dos cursos de Administração de Empresas e, conseqüentemente, a importância da disciplina Ética, que durante muitos anos ficou agregada à disciplina Filosofia, o MEC aprovou, formalmente, as Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de graduação em Administração, em que estabeleceu-se a independência da disciplina Ética.

Com o objetivo de alicerçar a busca do conhecimento no processo pedagógico, adotou-se o livro como fonte de informações e principal recurso para as pesquisas dos alunos dos cursos de Administração. Nesse sentido, em 1996, a Comissão de Especialistas do Ensino da Administração— Ceed/Sesu/MEC, em conjunto com o Conselho Federal de Administração — CFA e a Associação Nacional dos Cursos de Graduação em Administração — Angrad apresentaram às instituições que contemplavam os cursos de Administração de Empresas uma bibliografia de referência denominada Biblioteca Básica dos Cursos de Administração (ALVAREZ & ANDRADE, 2002, p. 11).

Na bibliografia básica dos cursos de Administração de Empresas constam as disciplinas Filosofia e Ética como parte do mesmo ementário básico de referência apresentado pela Associação Nacional dos Cursos de Graduação em Administração — Angrad, conforme informações no *site* da Angrad.: Ele diz.: “Fundamentos filosóficos. O conhecimento. A ciência. A política. A moral. Estética. Antropologia filosófica. Filosofia e educação. Filosofia e tecnologia. Lógica. Objetividade dos valores. Ética da administração, da empresa e do gerente. Cenários novos. As correntes filosóficas contemporâneas.”:(www.angrad.org.br).

Pode-se verificar que, mesmo tendo as diretrizes curriculares do curso de Administração de apresentado as disciplinas Ética Profissional e Filosofia separadas, os órgãos oficiais (CRA, CFA e Angrad) as disciplinas continuam aparecendo em um único ementário e seguindo uma mesma bibliografia básica.

3 Conceito de Ética

Embora seja sempre mencionado na mídia, nas ações coletivas e nas discussões filosóficas, principalmente nos dias atuais em decorrência da atual situação política, ainda é de difícil entendimento o conceito de ética. Quando esse assunto é discutido a maioria das pessoas tende a aceitar conceitos preestabelecidos, muitas vezes, baseados no senso comum, o que provoca, em algumas circunstâncias, interpretações ambíguas e equivocadas. Para evitar essa situação, procurou-se, neste artigo, o entendimento do termo ética.

A palavra ética vem do vocábulo grego *ethos*, que significa “caráter, modo de ser”. Vaz segundo Rios (1999, p. 22) considera que “O *ethos* é a casa do homem [...] o espaço do *ethos*, enquanto espaço humano, não é dado ao homem, mas por ele construído ou incessantemente reconstruído”

Rios (1999, p. 23) afirma que “A ética se apresenta como uma reflexão crítica sobre a moralidade, sobre a dimensão moral do comportamento do homem. Cabe a ela, enquanto investigação que se dá no interior da filosofia, procurar ver [...] claro, fundo e largo os valores, problematizá-los, buscar sua consistência”.

Para Savater (1993, p. 31), a ética é “a arte de saber-viver, ou a arte de viver”, pois está diretamente relacionada à liberdade que o sujeito tem de optar, e essa condição é inerente ao ser humano, pois se concretiza no processo de inventar e escolher, e até mesmo se enganar na descoberta pela vida.

No pensamento de Boff (1997, p. 90), “ética designa a morada humana”. Isto é, os princípios e os valores necessários para a manutenção da vida humana reforçam a importância da ética como alicerce.

Queiroz (1985, p. 86) complementa essa definição, ao escrever que “a ética deve ser compromisso de vida, indo além dos códigos já estabelecidos, e nunca subterfúgio para fugir ao incerto, ao novo, ao ainda não institucionalizado”.

Rios (2002, p. 87) também argumenta afirmando que:

Define-se aqui a ética como uma reflexão de caráter crítico sobre os valores presentes na prática dos indivíduos em sociedade. É no domínio da ética que se problematiza o que é considerado bom ou mau numa determinada sociedade, que se questionam os fundamentos dos valores e que se aponta como horizonte o *bem comum*, sem dúvida histórico, mas diferente de um bem determinado por interesses particulares e, muitas vezes, insustentáveis.

Percebe-se por essas definições, que a ética encontra-se no campo da reflexão e estuda a moral (ou as morais, como preferem alguns) e as moralidades, analisa, criticamente, as escolhas que os indivíduos fazem em situações reais. Ela é o ponto de partida para se vivenciar princípios universais, tais como: justiça, integridade, lealdade, bondade e outros. A incorporação ou não desses valores norteia a ação do homem em seu convívio com a sociedade, pois os comportamentos temporais são decorrentes do processo derivado do desenvolvimento histórico-social.

A relação social, que interliga os homens entre si, cria a necessidade de se definir regras de convivência, normas de relacionamento que estabeleçam limites a serem respeitados por todos. De acordo com Queiroz (1985, p. 88-89): “As regras de condutas nem sempre devem ser consideradas como sendo a própria ética, pois, muitas vezes, elas são espontâneas, não sistematizadas, com total mobilidade em decorrência das condições materiais da existência humana.”

A vida em sociedade harmônica requer a existência de crenças morais que sejam compartilhadas e aceitas por todos, dando, a cada indivíduo dessa sociedade, a possibilidade de conhecer o que é considerado uma conduta certa ou errada, lícita ou ilícita, o que garante a pacífica sociabilidade.

A preocupação com a vida em comunidade remete à filosofia e à condição básica de que o homem é um ser social e, portanto, precisa dos outros para sobreviver. A ética se apóia, principalmente, na filosofia para refletir e buscar o entendimento sobre o que se trata a moral, que, por não ter apenas um único conceito, assume distintas conformações em diferentes espaços e tempos. Ela é um princípio que possibilita a análise de aspectos da moral e da moralidade. Além disso, busca responder às expectativas de uma sociedade dando-lhe um parâmetro sobre o que é, socialmente, “certo ou errado”. Essas diretrizes são de fundamental importância, pois é no campo da moralidade que a sociedade faz esses julgamentos.

A ética analisa os valores estabelecidos e reflete, num contexto histórico, sobre as relações humanas, com o intuito de compreender o sentido da vida; o seu propósito é a conscientização, e não a imposição que por não se interiorizar, deixa lacunas que podem ser interpretadas com base em interesses pessoais, em detrimento dos sociais.

Ela pode ser entendida como uma espécie de teoria sobre a prática moral, uma reflexão teórica que analisa e critica os fundamentos e princípios que regem determinado sistema moral (ALENCASTRO, 1997 e RIOS, 1999).

Vasquez (1995, p. 12) assevera que:

A ética é a teoria ou ciência do comportamento moral dos homens em sociedade. Ou seja, é ciência de uma forma específica de comportamento humano.

A ética depara-se com uma experiência histórico-social no terreno da moral, ou seja, com uma série de práticas morais já em vigor e, por meio delas, procura determinar a essência da moral, sua origem, as condições objetivas e subjetivas da sua ação, as fontes da avaliação moral, a sua natureza e a função dos juízos morais, os seus critérios de justificação e o princípio que rege tanto a mudança quanto a sucessão de diferentes sistemas morais.

A ética também estuda a responsabilidade moral das ações dos indivíduos. A decisão de agir em uma situação concreta é um problema prático-moral, mas investigar se a pessoa pode escolher entre duas ou mais alternativas de ação e agir com base na sua decisão é um problema teórico-ético, que leva em consideração a liberdade e as condições que afetam nossos atos.

4 Panorama do conceito de moral

A ética e a moral, no senso comum, são entendidas como princípios ou padrões de conduta, em decorrência de suas origens – *mores*, no latim, e *ethos*, no grego, remetem ao sentido de costumes. Por moral entende-se uma prática moralmente aceita por determinado grupo social, baseada em valores e normas que orientam o comportamento dos indivíduos.

Para Rios (1999, p. 20), “o comportamento é o arranjo dos diversos papéis que desempenhamos em sociedade.”. Esse comportamento pode ser considerado certo ou errado em diferentes culturas, pois o certo ou o errado se estabelecem historicamente, em decorrência de uma escala de valores atribuídos pela sociedade.

O conceito de moral foi delimitado por vários investigadores, entre eles, Durkheim (1978), Bicudo (1982), Aristóteles (1991), Rios (1999) e Srour (2000), que se revê a seguir.

Segundo Durkheim (1978, p. 45):

Se há hoje verdade histórica estabelecida é a que a moral está estritamente relacionada com a natureza das sociedades, pois que [...] ela muda quando as sociedades mudam. É que ela resulta da vida em comum. É a sociedade que nos lança fora de nós mesmos, que nos obriga a considerar outros interesses que não são os nossos, que nos ensina a dominar as paixões, os instintos, e dar-lhes lei, ensinando-nos o sacrifício, a privação, a subordinação dos nossos fins individuais a outros mais elevados.

Sobre a moral, Bicudo (1982, p. 15) argumenta que: “Por um lado, verifica-se que ela se encontra ligada aos usos, aos costumes, aos padrões, às regras sociais, às leis; por outro, que se encontra ligada a princípios de decisões individuais sobre o bom”.

Aristóteles (1991, p. 29) comenta que: “a excelência moral relaciona-se com prazeres e dores; é por causa do prazer que praticamos más ações, e por causa da dor que nos abstermos de ações nobres”.

Conforme Rios (2002, p. 102), a moral “é o conjunto de normas, regras e leis destinado a orientar a ação e a relação social e revela-se no comportamento prático dos indivíduos”.

Srour (2000, p. 18) explica que as morais são: “Sistemas de normas que expressam valores; códigos formalizados; conjuntos internamente coerentes de princípios ou de propósitos socialmente validados; discursos que servem de trilhos às relações sociais e aos comportamentos dos agentes.”

Diante de tais definições, pode-se perceber que há uma significativa diferença entre ética e moral. Enquanto moral varia de uma sociedade para outra e altera-se, no tempo e no espaço, em consequência das transformações sociais, a ética, tem como enfoque central a vida, e baseia-se na intencionalidade universal, que visa à sociabilidade dos grupos. Esses grupos podem ter ou não morais distintas, em decorrência da perspectiva relativista dos grupos sociais e das influências temporais, que são eminentemente históricas.

A moral pode ser entendida como um conjunto de práticas cristalizadas pelos costumes e convenções histórico-sociais, e as normas são os meios pelos quais os valores morais de um grupo social são manifestos e acabam adquirindo caráter impositivo e obrigatório.

Essa dimensão histórica da moral torna-a, por natureza, sempre plural (BOFF, p. 1997). Pode-se observar que existem morais diferentes em diferentes culturas, ou até mesmo na mesma cultura. Há também morais entre as categorias profissionais, morais religiosas e das classes sociais. O importante é observar que tratam-se de reproduções da sociedade que elegem determinados comportamentos a serem seguidos pelos indivíduos em um contexto coletivo.

Influenciado pela política e por sua condição de existência, Aristóteles (1982) reforça a idéia de diferentes morais, quando analisa os princípios de igualdade de posições e de justiça para pessoas equivalentes, que são os cidadãos que fazem o Estado, excluindo dessa comunidade os estrangeiros, os escravos e as mulheres.

O princípio de justiça de Aristóteles ignora as contradições, justificando a escravidão, o domínio do homem sobre a mulher e a relação entre dominantes (governantes) e dominados (governados) como fatores para alcançar a estabilidade do Estado.

Segundo Severino (2002, p. 96):

Os valores pessoais não são apenas individuais, pois só se é humano quando a existência se realiza nos registros individual e social simultaneamente. Assim, a avaliação ética de uma ação não se refere apenas a um sujeito; é preciso reportá-la a um índice coletivo.

Neste contexto, a ética, com base na existência da moral e tendo como ponto de partida a diversidade de morais existente ajuda a compreender que cada sociedade, que baliza as relações entre indivíduos e instituições, tem sido caracterizada por um conjunto de regras, normas e valores. A ética possui elementos de caráter mais universal, embora também seja afetada pela história de seu tempo. Por isso, não se identifica com os princípios e as normas de nenhuma moral em particular, nem adota atitudes indiferentes ou ecléticas diante delas (ALENCASTRO, 1997).

Para Durkheim (1978, p. 104): “Quanto à moral humana, essa reduz-se então a um pequeno número de princípios cuja violação se limita a ser debilmente reprimida”. Desse questionamento, pode-se concluir que a reflexão moral tanto agrega valor nas ações do sujeito quanto reduz a liberdade de ação, pois existe uma relação direta entre moral e comportamento humano determinado por uma sociedade, gerando o tempo todo contradições entre os interesses do particular e do universal.

Essa contradição moral dá origem ao estabelecimento de normas e padrões de conduta do indivíduo que podem ser classificadas como voluntárias ou involuntárias. As ações de caráter involuntário podem ser classificadas como inatas pois tratam-se de atitudes movidas por compulsão ou por ignorância, e que dificilmente serão transformadas. Já os comportamentos voluntários são aqueles em que o indivíduo tem controle, portanto, podem ser aprendidos e nascem de um processo de decisão que dependerá das circunstâncias e da finalidade da ação. (ARISTÓTELES, 1991).

Segundo Aristóteles (1991, p. 43), “tudo o que se faz constrangido ou por ignorância é involuntário, o voluntário parece ser aquilo cujo princípio motor se encontra no próprio agente que tenha conhecimento das circunstâncias particulares do ato”. Os comportamentos voluntários podem se manifestar de duas maneiras:: por meio do vícios e pelas virtudes que juntos compõem o caráter da pessoa. Vale lembrar que as virtudes podem ser de natureza intelectual ou moral.

Ainda para Aristóteles, a virtude intelectual necessita ser desenvolvida por meio de um processo educativo, que compreende a de formação e o ensino, enquanto a virtude moral é adquirida pelo do hábito por intermédio da a repetição de atitudes moralmente aceitas.

Pela repetição de comportamento, que torna-se um hábito, adquire-se a virtude moral, em decorrência disso formou-se o nome (*ethiké*) em razão de uma pequena modificação na palavra

êthos (hábito). Por tudo isso, evidencia-se também que nenhuma das virtudes morais surge, espontaneamente, em nós. (ARISTÓTELES, 1991, p. 27).

Nessa perspectiva, a importância da educação no processo de incorporação dos valores morais necessários para a convivência em sociedade requer o desenvolvimento de uma sociedade moral que, pelas ações práticas, incute nesses sujeitos, hábitos que os tornam bons, enquanto cidadãos.

De acordo com Severino (2002, p. 46)

Pela práxis o homem opera e age. Ela é o movimento que articula dialeticamente a operação e a reflexão, a teoria e a prática. Para que a ação humana seja criadora e transformadora, precisa ser uma prática intencionalizada pela teoria e pela significação. A teoria, separada da prática, seria puramente contemplativa e, como tal, ineficaz sobre o real; a prática, desprovida da significação teórica, seria pura operação mecânica, atividade cega.

Estudiosos como Durkheim (1978), Bicudo (1982) e Aristóteles (1991) demonstram que há possibilidade de modificar as atitudes morais, por meio de ações educativas que podem trabalhar com a, reflexão e a aplicação de normas, ou pode ocorrer, por exemplo, na concepção de ética e pela formação que os alunos dos cursos de Administração de Empresas recebem nos cursos de graduação.

5 Ementas curriculares da disciplina Ética Profissional

Os textos das ementas da disciplina Ética Profissional dos cursos de Administração de foram verificados com o propósito de identificar o enfoque que deveria ser dado nessa disciplina para a formação do administrador de empresas. Segue-se a descrição de algumas ementas da disciplina, com as nomenclaturas nas instituições investigadas:

1ª instituição – Ética Aplicada à Administração

“Estuda conceitos de Ética Geral e Profissional, as doutrinas que fundamentam as diferentes morais, os direitos, obrigações e dilemas profissionais do administrador de empresas, Código de Ética do Administrador (CRA-SP), desenvolvendo a habilidade de analisar as implicações éticas no processo de tomada de decisão e da cidadania.”.

2ª instituição – Ética e Negócios

“Discutir os princípios éticos envolvidos na gestão de negócios, a responsabilidade social da empresa e o papel do administrador como agente do processo de mudança organizacional e social.”.

3ª instituição – Ética Geral e Profissional

“Compreensão dos conceitos da ética clássica e moderna, identificando os projetos éticos da modernidade, na perspectiva de se estabelecer nexos com a sociedade atual e sua relação com a profissão do administrador. Ênfase no comportamento ético profissional e sua prática dentro das organizações empresariais e na sociedade de modo geral.”.

4ª instituição – Ética & Negócios

“Abordagens de estudo de ética e principais conceitos associados; problemas éticos contemporâneos; ética e economia; competitividade e capital social; ética profissional no campo da Administração; ética nas organizações; responsabilidade social e empresarial.”.

Considerações Finais

Com base nas ementas apresentadas dos cursos de Administração de Empresas, pode-se observar que os textos apontam para, pelo menos, duas grandes preocupações:

Por um lado, expressam preocupação com a responsabilidade social e a cidadania, temas discutidos nos últimos anos nos meios acadêmicos, nos conselhos de administração e nos ambientes organizacionais. Esses assuntos, ao serem abordados nos programas de graduação em Administração de Empresas, passam a ser vistos como diferenciais e tendo compromisso com a sociedade.

De outro lado, os textos das ementas fazem menção à moral, levando em conta as questões relacionadas aos comportamentos, às práticas, aos direitos e às obrigações que se apresentam no ambiente organizacional e são regulamentados pelo Código de Ética do Administrador de Empresas.

Observa-se também que a questão da conscientização não está sendo abordada, ao menos explicitamente, em nenhuma das ementas da disciplina Ética Profissional apresentadas anteriormente. Com relação à conscientização,

O moralismo reduz a ética a banalidades, transforma a vida moral em assunto de trivial importância. Ele amputa radicalmente a complexidade da ética, reduzindo-a a dimensões manipuláveis de pequenez moral, capaz de ser reduzida a um código, cujo seguimento tranquiliza a consciência. (LEISENGER & SCHIMITT, 2001, p.19).

Desse modo, para que essa disciplina (Ética) não se transforme em um complemento as disciplinas de direito e filosofia dependerá da formação, da conscientização, do compromisso e da base teórica do professor em relação a esse conteúdo que lhe permitirá escolher o melhor método a ser desenvolvido em sala de aula.

Referências Bibliográficas

ALENCASTRO, Mario. *A importância da ética na formação de recursos humanos*. São Paulo: Fundação Biblioteca Nacional, n. 197. 147, livro 339, 1997.

ALVAREZ, Manuel Santos Borges & ANDRADE, Rui Otávio Bernardes de (coord.). *Bibliografia de referências para os cursos de Administração*. Rio de Janeiro: Dominarte, 2002.

ARISTÓTELES. *Ética e Nicômaco*. 4 ed. São Paulo: Nova Cultural, 1991. Coleção Os Pensadores, v.2; Trad. Leonel Vallandro e Gerd Bornheim. Poética: Tradução, comentários e índices analíticos e onomástico de Estudos de Souza. ISBN 85-13-00232-1 – Seleção de textos de José Américo Motta Pessanha.

ARRUDA, Maria Cecília Coutinho de et al. *Fundamentos de ética empresarial e econômica*. São Paulo: Atlas, 2001.

ARRUDA, Maria Cecília Coutinho de. *A ética nos negócios*. *Revista de Administração de Empresas*. v. 29 (3), p. 73-80, jul./set. 1989.

ARRUDA, Maria Cecília Coutinho de. *Código de ética: um instrumento que adiciona valor*. São Paulo: Negócios Editora, 2002.

ARRUDA, Maria Cecília Coutinho de. *Ética na administração de marketing*. [Mestrado em Ciências Sociais]. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1986.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO Disponível em <http://www.angrad.org.br> - Acesso em: 18 mai-05.

BICUDO, Maria Aparecida Viggiani. *Fundamentos éticos da educação*. São Paulo: Autores Associados: Cortez, 1982. Coleção Educação Contemporânea.

BOFF, Leonardo. *A águia e a galinha: Uma metáfora da condição humana*. 38. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

CONSELHO FEDERAL DE ADMINISTRAÇÃO Disponível em www.cfa.org.br - Acesso em: 24 ago-04 24/08/2004.

CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO Disponível em www.crasp.org.br - Acesso em: 24 ago-04 24/08/2004.

DURKHEIM, E. *Educação e sociologia com um estudo da obra de Durkheim pelo Prof. Paul Fauconnet*. 11. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1987. Trad. Lourenço Filho.

GOHN, Maria da Glória Marcondes. A pesquisa nas ciências humanas. Subsídios metodológicos. Centro Universitário Nove de Julho (no prelo).

GOHN, Maria da Glória Marcondes. Classes sociais e movimentos sociais. Artigo publicado na revista Capacitação em serviço social e política social: Módulo 2: Crise contemporânea, questão social e serviço social. Brasília: Cead, 1999. p. 44. ISBN 85-86290-14-9.

GOHN, Maria da Glória Marcondes. Conselhos gestores e participação sociopolítica. São Paulo: Cortez, 2001d. Coleção Questões da nossa Época, v. 84.

GOHN, Maria da Glória Marcondes. *Educação não-formal e cultura política: impactos sobre o associativo do terceiro setor*. São Paulo: Cortez, Coleção Questões da nossa Época, 2. ed. v. 71, 2001a.

GOHN, Maria da Glória Marcondes. *História dos movimentos e lutas sociais: a construção da cidadania dos brasileiros*. 2. ed. São Paulo: Loyola, 2001b.

GOHN, Maria da Glória Marcondes. *Movimentos sociais e educação*. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2001c. Coleção Questões da nossa Época, v. 5.

GOHN, Maria da Glória Marcondes. *O protagonismo da sociedade civil*. Movimentos sociais, ONGs e redes solidárias. São Paulo: Cortez, 2005b.

GOHN, Maria da Glória Marcondes. *Teorias dos movimentos sociais*. 4. ed. São Paulo: Loyola, 2005a.

GOLDENBERG, Mirian. *A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em ciências sociais*. 6. ed. Rio de Janeiro: Record, 2002.

HOLLANDA, Aurélio Buarque de. Dicionário eletrônico em CD – ROM, 1999.

HOUAISS, Antônio & VILLAR, Mauro de Salles. 1. ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001. Instituto Houaiss de Lexicografia e Banco de Dados da Língua Portuguesa S/C Ltda.

INSTITUTO NACIONAL DE ENSINO E PESQUISA Disponível em www.edudatabrasil.inep.gov.br. Acesso em 18/05/2005.

ITELVINO, Lucimar da Silva. *A concepção de ética na formação de alunos do curso de Administração de Empresas*. [Tese Ms, s.n.]. São Paulo, SP: Centro Universitário Nove de Julho – Uninove –Educação, 2005.

LEISINGER, Klaus M. & SCHMITT, Karin. *Ética empresarial; responsabilidade global e gerenciamento moderno*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001. Trad. Carlos Almeida Pereira.

QUEIROZ, José J. (org.). *Ética no mundo de hoje*. 1. ed. São Paulo: Paulinas, 1985.

RIOS, Terezinha Azerêdo. *Compreender e ensinar: por uma docência da melhor qualidade*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

RIOS, Terezinha Azerêdo. *Ética e competência*. 8. ed. São Paulo: Cortez, 1999. Coleção Questões da Nossa Época, v. 16.

SAVATER, Fernando. *Ética para meu filho*. 1. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1993. Trad. Mônica Stahel.

SEVERINO, Antônio Joaquim. *Educação, sujeito e história*. São Paulo: Olho d'Água, 2002.

SROUR, Robert Henry. *Ética Empresarial*. Rio de Janeiro: Campus, 2002.

VÁZQUEZ, Adolfo Sanchez. *Ética*. 15. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.